

ALBERTO M. BINDER

INTRODUÇÃO AO
DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tradução de
Fernando Zani,
com revisão e Apresentação de
Fauzi Hassan Choukr

EDITORA LUMEN JURIS

Rio de Janeiro

2003

Copyright © 2003 Alberto Binder

Com autorização de AD-HOC S.R.L
responsável pela edição argentina com o título
Introducción al Derecho Procesal Penal.

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

Apresentação	xi
Prólogo	xv
Prefácio à Primeira Edição	xxi
Prefácio à Segunda Edição	xxiii

PRIMEIRA PARTE – INTRODUÇÃO

I. Bases, Objetivos e Metodologia deste Curso	1
II. Direito Penal, Direito Processual Penal e Políticas Criminais .	13
III. Eficiência e Garantia na Formação do Processo Penal	23

SEGUNDA PARTE – A FORMA CONSTITUCIONAL DO PROCESSO PENAL

IV. A Constituição Nacional em uma Visão Política	35
V. A Descentralização no Exercício da Coerção Penal	45
1. Importância e significado político da participação popular na justiça criminal	46
2. As contravenções penais (nação, estados e municípios no exercício da coerção penal de baixa intensidade) ...	53
3. A distribuição de poderes entre a nação e as províncias (competência federal e provincial)	56
VI. Características Básicas do Processo Penal na Constituição Nacional	61
1. Introdução	61
2. O julgamento oral	63
3. O julgamento público	69
4. O julgamento por jurados	72

TERCEIRA PARTE – GARANTIAS CONSTITUCIONAIS NO PROCESSO PENAL. GARANTIAS BÁSICAS

VII. O Julgamento Prévio	77
VIII. O Princípio da Inocência ou da Não-Inculpabilidade	85
1. Princípios que impedem a manipulação arbitrária do processo penal	91

IX.	A Irretroatividade da Lei Processual Penal	95
X.	O Juiz Único e a Proibição das Comissões Especiais	101
XI.	A Imparcialidade e a Independência Judicial	109
XII.	A Inviolabilidade do Direito de Defesa em Juízo	115
XIII.	<i>Ne Bis In Idem</i> (Inadmissibilidade da Múltipla Persecução Penal)	125
	1. Princípios que limitam o privilégio do Estado na coleta de informações	131
XIV.	O Direito de não Produzir Provas Contra Si Mesmo	135
XV.	Inviolabilidade de Domicílio e de Documentos Particulares	139
XVI.	Proibição da Tortura	145
	1. Princípios que limitam o uso da força durante o processo penal	147
	1.1. Prisão preventiva	150

QUARTA PARTE – REGIME DE AÇÃO

XVII.	Regime da Ação Penal	157
	1. A questão da ação	157
	2. Ação penal: poderes do Estado	160
	3. Níveis do regime da ação	164

QUINTA PARTE ESTRUTURA DO PROCESSO PENAL

XVIII.	A Investigação Preliminar	177
XIX.	A Fase Intermediária, Controle da Investigação	187
XX.	O Julgamento Penal Ordinário ou Comum	195
XXI.	Julgamentos Especiais	209
	1. Julgamentos e procedimentos especiais vinculados à idéia de simplificação do processo	210
	2. Julgamentos e procedimentos fundamentados na mínima intervenção do Estado	214
	3. Julgamentos e procedimentos fundamentados no aumento das garantias	218
XXII.	Impugnação da Sentença	221
XXIII.	Execução da Sentença	229
	1. Introdução	229
	2. Execução da pena de prisão	230
	3. Execução da pena de multa	232
	4. Execução das custas	233
XXIV.	Revisão da Sentença Final	235

**SEXTA PARTE – ORGANIZAÇÃO JUDICIAL
E SUJEITOS PROCESSUAIS**

XXV. Introdução. Os Sujeitos Processuais	245
1. O juiz como sujeito processual	245
1.1. Tribunais administrativos: tribunais especiais?	246
1.2. Jurisdição e competência	247
1.2.1. A competência	248
1.2.2. Os incidentes de competência	249
1.3. Imparcialidade e impedimento de juízes	249
1.4. Os auxiliares do juiz	251
2. O promotor	251
3. O querelante	255
4. O imputado e seu defensor	258

**SÉTIMA PARTE – EXERCÍCIOS E SUGESTÕES
PARA O TRABALHO PRÁTICO**

1. Introdução	267
2. Análise de casos hipotéticos	269
2.1. Elaboração da situação e relato de fato	270
2.2. O desenvolvimento da controvérsia	271
2.3. Elaboração da decisão	272
3. Debates	273
4. Investigações	285
5. Bibliografia	290